



PREFEITURA DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EQUIPE DE PREGÃO

Processo nº	4686366/2021
ID (CIDADES):	2021.077E0500001.01.0104

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 175/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTÃO MÉDICO, DE FORMA PRESENCIAL, POR MEIO DE MÉDICO PLANTONISTA

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por meio da Equipe de Pregão da Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominada **SEMUS/PREGÃO**, designada pelas Portarias nº 13/2019, 44/2019 e 40/2021-SEMUS/GAB, publicadas em 14/06/2019, 11/12/2019 e 13/08/2021, respectivamente, e pela Portaria nº 13/2021-CGM/GAB, publicada em 12/05/2021, com sede na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1185, Forte São João, Vitória, ES, CEP 29017-010, telefone (27) 3132-5025, (27) 3132-5026, com fulcro na **Lei Federal nº 10.520**, de 17/07/2002, **Lei Complementar nº 123**, de 14/12/2006 e suas alterações, **Lei Municipal nº 6.928**, de 18/05/2007, **Lei Municipal nº 7.797**, de 14/10/2009 e suas alterações, **Decreto Municipal nº 14.845**, de 24/09/2010, **Decreto Municipal nº 16.862**, de 16/11/2016 e suas alterações, **Decreto Municipal nº 15.640**, de 08/03/2013, **Decreto Municipal nº 16.522**, de 16/11/2015, **Decreto Municipal nº 17.959**, de 20/12/2019, **Portaria Conjunta CGM/PGM nº 005/2013**, de 08/08/2013, **Lei Federal nº 8.666**, de 21/06/1993 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis à matéria, conforme processo administrativo nº **4686366/2021** e de acordo com o disposto neste Edital e seus Anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, espécie **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a contratação de empresa especializada para **prestação de serviço de plantão médico, de forma presencial, por meio de médico plantonista, para atender as necessidades do Pronto Atendimento em São Pedro - 24 horas por dia, no Município de Vitória/ES**, na forma de **execução indireta**, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, visando atender à **Gerência do Trabalho em Saúde** da Secretaria Municipal de Saúde, cujo **Edital** se encontra disponível na página do Município de Vitória na “internet” (<http://portaldecompras.vitoria.es.gov.br>), bem como na página do provedor Banco do Brasil na “internet” (www.licitacoes-e.com.br).

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Esta licitação será realizada em sessão pública, mediante condições de segurança em todas as suas fases, por meio de recursos de criptografia e autenticação.

1.2 – Esta licitação será conduzida pelo pregoeiro **Pablo Mendes Martins**, o qual, além das atribuições previstas no **art. 17 do Decreto Municipal nº 17.959/2019**, será responsável, com o auxílio da Equipe de Apoio, pela inserção e monitoramento dos dados transferidos para o aplicativo “Licitações-e”, constante na página eletrônica do órgão provedor - Banco do Brasil S/A, daqui por diante denominado “**Sistema Eletrônico**”, bem como dos dados gerados pelo referido Sistema Eletrônico.

1.3 – O **acolhimento** e abertura das propostas e a sessão de disputa dar-se-ão nas datas e horários abaixo:

1.3.1 – **acolhimento das propostas**: a partir do dia **02/09/2021**;

1.3.2 – **abertura das propostas**: a partir das **10 h: 00 min.** do dia **16/09/2021**;

1.3.3 – **sessão de disputa**: a partir das **14 h: 00 min.** do dia **16/09/2021**.

1.4 – Para envio de lances na etapa competitiva, será adotado o modo de disputa “**ABERTO e FECHADO**”.

1.5 – Todas as referências de tempo contidas neste Edital, nos avisos e nas sessões públicas obedecerão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.6 - Os interessados terão um prazo de **até 3 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura das propostas**, para solicitar **esclarecimentos** acerca deste Edital e deverão fazê-lo por escrito, cujo expediente poderá ser enviado para o e-mail: **pammartins@vitoria.es.gov.br**, sendo que a resposta será disponibilizada a todos os interessados por meio do Sistema Eletrônico.

CAPÍTULO II – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de plantão médico, de forma presencial, por meio de médico plantonista, para atender as necessidades do Pronto Atendimento em São Pedro - 24 horas por dia, no Município de Vitória/ES**, conforme detalhamento e condições gerais contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 - Havendo divergência entre as especificações constantes do provedor e deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO III – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Esta despesa correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde constante na seguinte dotação:

3.1.1 – SEMUS: **15.01**; classificação funcional: **10.122.0006.1.8190**; elemento de despesa: **3.3.90.39.50**; fonte de recursos: **Federal**; exercício: **2021**.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 - A execução do serviço objeto desta licitação iniciar-se-á **no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço.

4.2 – A vigência do Contrato será de **até 06 (seis) meses**, contada a partir da data de sua assinatura, ficando sua eficácia condicionada à publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

4.3 - A vigência do Contrato poderá, a critério da Administração, ser prorrogada por **iguais e sucessivos períodos**, respeitados os limites estabelecidos no **art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993** e suas alterações.

4.4 – O prazo a que se refere o item 4.1 admite prorrogação, a critério da Administração, desde que devidamente justificado em face dos seguintes motivos:

4.4.1 – superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do serviço;

4.4.2 – aumento das quantidades inicialmente previstas, nos limites permitidos no Capítulo XV deste Edital;

4.4.3 – impedimento da execução do serviço por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;

4.4.4 – omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.5 – O **recebimento definitivo do serviço** será feito na forma das **alíneas “a” e “b”, do inciso I, do art. 73 da Lei 8.666/1993**, no prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos** após a execução do serviço, ficando o licitante vencedor obrigado ao cumprimento do disposto no **art. 69 Lei 8.666/1993**.

4.6 - O serviço será prestado no Pronto Atendimento de São Pedro, do Município de Vitória/ES, situado na Rodovia Serafim Derenzi, s/nº - Bairro São José, Vitória - ES, 29. CEP 046-513, de acordo com a conveniência da Secretaria Municipal de Saúde e serão acompanhados, a fim de verificar a compatibilidade dos mesmos com as condições estabelecidas neste Edital.

4.7 – O licitante vencedor se compromete a executar o serviço a ser prestado de forma digna, célere, humana e com observância aos artigos do Código de Ética Médica, do Código de Defesa do Consumidor e às boas práticas de conduta técnico-profissional;

4.8 - O licitante vencedor observará os princípios constitucionais, os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e as determinações constantes na legislação federal, estadual e municipal, normas e portarias referentes à atenção à saúde.

CAPÍTULO V – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 – Aos licitantes poderão ser aplicadas as seguintes sanções, além da responsabilização por perdas e danos:

5.1.1 – **multas**, nos seguintes casos e percentuais:

a) por atraso injustificado na execução do serviço até **30 (trinta) dias consecutivos** contados do término dos prazos fixados no Contrato ou na Ordem de Serviço: **0,3% (três décimos por cento)** ao dia sobre o valor global contratado e, a critério da Administração, rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço;

b) por atraso injustificado na execução do serviço superior a **30 (trinta) dias consecutivos** contados do término dos prazos fixados no Contrato ou na Ordem de Serviço: **15% (quinze por cento)** sobre o valor global contratado e, a critério da Administração, rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço;

c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo e decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração: **15% (quinze por cento)** sobre o valor global da proposta;

d) por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou receber a Ordem de Serviço, dentro de **5 (cinco) dias úteis** contados da data de seu envio ou convocação para assinatura do Contrato ou recebimento da Ordem de Serviço: **15% (quinze por cento)** sobre o valor global da proposta ou valor global contratado e, a critério da Administração, rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço;

e) por inexecução, total ou parcial injustificada do Contrato ou da Ordem de Serviço: **20% (vinte por cento)** sobre o valor global contratado e, a critério da Administração, rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço.

5.1.2 – **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração:

- a) por atraso injustificado na execução do serviço superior a **30 (trinta) dias consecutivos** contados do término dos prazos fixados no Contrato ou na Ordem de Serviço: até **1 (um) ano** e, a critério da Administração, rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo e decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração: até **2 (dois) anos**;
- c) por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou receber a Ordem de Serviço, dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu envio ou convocação para assinatura do Contrato ou recebimento da Ordem de Serviço: até **3 (três) anos** e, a critério da Administração, rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço;
- d) por inexecução total ou parcial, injustificada do Contrato ou da Ordem de Serviço: até **4 (quatro) anos** e, a critério da Administração, rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço;
- e) por deixar de entregar os documentos de habilitação: até **2 (dois) anos**;
- f) por apresentar documento falso, fraudado ou adulterado: até **5 (cinco) anos**.

5.2 – As multas previstas no subitem 5.1.1 serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

5.3 – Antes de liquidadas ou relevadas quaisquer multas, nenhum pagamento será feito aos licitantes.

5.4 – A sanção prevista no subitem 5.1.1 poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 5.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

5.5 – A **suspensão** do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

5.6 – As sanções previstas nos subitens 5.1.1 e 5.1.2 são de competência da **Controladoria Geral do Município, nos termos do Decreto nº 17.758, de 14 de maio de 2019**.

CAPÍTULO VI – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e forem possuidores da chave de identificação e da respectiva senha para acesso ao Sistema Eletrônico.

6.2 – É vedada a participação de empresas:

6.2.1 – que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

6.2.2 – que não sejam especializadas no ramo do objeto desta licitação, assim como aquelas que não estiverem legalmente constituídas e que não comprovarem sua habilitação, conforme disposto neste Edital;

6.2.3 – das quais qualquer servidor do Município de Vitória seja sócio, gerente, acionista controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.4 – cujo cotista e/ou acionista, quer majoritário, quer minoritário, também o seja de outra empresa que apresentar proposta para esta licitação;

6.2.5 – que tenham sido declaradas inidôneas por quaisquer órgãos da Administração Pública e/ou

que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar e/ou de contratar com a Administração;

6.2.6 – que estejam sob insolvência, liquidação ou dissolução;

6.3 – A participação dos licitantes nesta licitação implica a aceitação de todas as condições expressas neste Edital e legislação pertinente.

6.4 – Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos da preparação e apresentação de suas propostas, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

6.5 – A Administração disponibilizará aos interessados, além deste Edital e seus Anexos, outros elementos que, a seu critério, sejam considerados indispensáveis ao pleno conhecimento desta licitação.

CAPÍTULO VII – DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 – A informação dos dados para acesso ao Sistema Eletrônico deve ser feita na página inicial do “site” do Banco do Brasil, www.bb.com.br, “sites específicos”, link: “licitações”, opção: “acesso identificado”.

7.2 – A partir da divulgação deste Edital, os licitantes, previamente credenciados junto ao Sistema Eletrônico, poderão cadastrar propostas.

7.3 – A utilização da chave de identificação e da respectiva senha de acesso, que é de caráter pessoal e intransferível, é de exclusiva responsabilidade dos licitantes, os quais serão responsáveis administrativa, civil e penalmente por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

7.4 – O credenciamento junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal dos licitantes e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

7.5 – Como requisito para participação nesta licitação os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

7.6 - O licitante que se manifestar conforme o subitem acima e vier a ser desclassificado ou inabilitado, está ciente de que PODERÁ ser instaurado processo administrativo com vistas à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

7.7 – Caberá aos licitantes acompanharem todas as operações no Sistema Eletrônico, antes, durante e após as sessões públicas do pregão, os quais serão responsáveis por quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas, bem como de sua desconexão.

CAPÍTULO VIII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 - Após a divulgação deste Edital no sistema provedor, os licitantes interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos exigidos neste instrumento para habilitação, proposta comercial com o valor ofertado, até a data e horário estabelecidos para abertura das mesmas.

8.2 – A proposta cadastrada deverá conter a indicação do preço global e, se for o caso, demais informações necessárias para que a Administração possa identificar claramente o objeto desta licitação.

8.3 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, **até a data** estabelecida para a **abertura das propostas**.

8.4 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.5 - A PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR, inserida no sistema do provedor antes da disputa, não poderá conter qualquer informação que torne possível a identificação do licitante até a conclusão da fase de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

8.6 - As empresas deverão, obrigatoriamente, considerar todos os itens contidos no lote para formulação das propostas. Os licitantes que não atenderem rigorosamente esta condição serão desclassificados.

8.7 – O valor da proposta deverá ser apresentado em moeda corrente nacional, utilizando-se **2 (duas) casas decimais** para o valor cadastrado, desprezando-se as demais, incluindo-se todos os custos inerentes à execução do serviço, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.7.1 - O **valor a ser cadastrado** no Sistema Eletrônico deverá corresponder ao **VALOR GLOBAL DO LOTE**, para o período de **06 (seis) meses**.

8.8 - O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente deste Edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos licitantes apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

8.9 - Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

8.10 - O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade das propostas com as exigências deste instrumento, sendo que, a falsidade da aludida declaração sujeitará o declarante às sanções previstas neste Edital.

8.11 – Os **licitantes que invocarem a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para fins do exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, **deverão fazê-lo, obrigatoriamente, em campo próprio do Sistema Eletrônico**.

8.11.1 – os licitantes que se enquadrarem como **Microempreendedor Individual (MEI)**, deverão se cadastrar no sistema do banco provedor com o segmento **Microempresa**, para obter os benefícios da supracitada Lei Complementar e suas alterações.

8.11.2 – **Os licitantes que não declararem no momento próprio, ao acessar o Sistema Eletrônico, a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), não poderão fazê-lo posteriormente.**

8.12 – Os licitantes deverão considerar todas as informações contidas neste Edital e seus Anexos para formulação de suas propostas, **sendo que tal inobservância acarretará sua desclassificação.**

CAPÍTULO IX – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA SESSÃO DE DISPUTA

9.1 - A partir do horário previsto neste Edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

9.2 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante utilização de sua respectiva chave de acesso e senha.

9.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9.4 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.5 - A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

9.6 - É defeso ao pregoeiro proceder à desclassificação de propostas, antes do início da fase competitiva, apresentadas em valor superior ao preço referencial.

9.7 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

9.8 - Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

9.9 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.10 - O tempo mínimo de lances intermediários será de **20 (vinte) segundos** e o tempo mínimo de cobrir a melhor oferta será de **03 (três) segundos**, garantindo a isonomia dos participantes para o lote.

9.11 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.12 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

9.13 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.15 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo licitante.

9.16 - Serão adotados, para o envio de lances no pregão eletrônico, observado aquele eleito neste instrumento, os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no Edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no Edital.

9.17 - No modo de disputa **aberto**, o Edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.17.1 - No modo de disputa **aberto**, a etapa de **envio de lances** na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, **será prorrogada** automaticamente **pelo sistema** quando **houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública**.

9.17.2 - A **prorrogação** automática de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá, **sucessivamente**, sempre que **houver lances enviados nesse período**, inclusive quando se tratar de **lances intermediários**.

9.17.3 - Na hipótese de **não haver novos lances**, a **sessão pública** será **encerrada automaticamente**.

9.17.4 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro **poderá**, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.18 - No modo de disputa **aberto e fechado**, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

9.18.1 - **Encerrado** o prazo de **quinze minutos**, o **sistema** encaminhará o **aviso de fechamento** iminente dos **lances** e, transcorrido o período de **até dez minutos**, **aleatoriamente** determinado, a **recepção de lances** será **automaticamente encerrada**.

9.18.2 - **Encerrado** o prazo **aleatório**, o **sistema** abrirá a oportunidade para que o **autor** da oferta de **valor mais baixo** e os **autores** das **ofertas com valores até 10%** (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um **lance final e fechado**, em até **cinco minutos**, que será **sigiloso** até o **encerramento** do referido **prazo**.

9.18.3 - Na ausência de, **no mínimo, três** ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os **autores dos melhores lances subsequentes**, na ordem de classificação, **até o máximo de três**, **poderão** oferecer um **lance final e fechado** em até **cinco minutos**, que será **sigiloso** até o **encerramento** do **prazo**.

9.18.4 - Na hipótese de nova **ausência de lance final e fechado** classificado, haverá o **reinício** da **etapa fechada** para que os demais licitantes, **até o máximo de três**, na ordem de classificação, possam ofertar um **lance final e fechado** em até **cinco minutos**, que será, de igual forma, **sigiloso** até o **encerramento** do aludido **prazo**.

9.18.5 - Na hipótese de **não haver licitante classificado**, na **etapa de lance fechado**, que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro **poderá**, auxiliado pela equipe de apoio, mediante **justificativa**, admitir o reinício da etapa fechada.

9.19 - Encerrados todos os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.20 - Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.20.1 - Quando a **desconexão** do sistema eletrônico **para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa** e **reiniciada** somente **decorridas vinte e quatro horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.21 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese. Neste momento o Pregoeiro adotará os procedimentos referentes aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, como segue:

9.22 - Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

9.23 - Na hipótese de **persistir o empate**, a **proposta vencedora** será **sorteada** pelo **sistema eletrônico** dentre as propostas empatadas.

9.24 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.24.1 - A **negociação** será **realizada por meio do sistema** e **poderá** ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.25 - Encerrada a etapa de negociação e encaminhada a proposta adequada ao último lance, o pregoeiro examinará aquela classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade dos preços unitários e global, em relação ao máximo estipulado para a contratação, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item posterior.

9.26 - Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.27 – Declarado o vencedor, quaisquer licitantes poderão manifestar a intenção de interpor recurso, em conformidade com o estabelecido no Capítulo XIV deste Edital.

CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para o julgamento desta licitação será levada em consideração, conforme o disposto no **art. 45 da Lei 8.666/1993**, as propostas mais vantajosas para a Administração, sendo **vencedor** o licitante que, apresentando a proposta de acordo com as especificações deste Edital e seus Anexos, ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE** e se enquadrar nos parâmetros de preços praticados no mercado, observado o disposto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006** e suas alterações.

10.1.1 - Para envio de lances na etapa competitiva, será adotado o modo de disputa: **ABERTO e FECHADO**.

10.2 – Serão desclassificadas as propostas que:

10.2.1 – não atenderem as disposições contidas neste Edital;

10.2.2 – apresentarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou **incompatíveis com os praticados no mercado**;

10.2.3 – apresentarem vantagens não previstas neste Edital.

CAPÍTULO XI – DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1 - Os documentos exigidos para **habilitação** no certame e **comprovação** da condição de **microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte** serão encaminhados concomitantemente à proposta de preços preliminar (antes da abertura das propostas), na forma e prazo previstos neste Edital.

11.1.2 - Encerrada a etapa de lances, o licitante que estiver na condição de arrematante e que obter classificação de sua proposta terá o prazo de **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo Pregoeiro e/ou Membro da Equipe de Apoio, para enviar, pelo sistema, a proposta comercial – devidamente atualizada, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

11.1.3 - Todos os documentos exigidos, inclusive a proposta comercial definitiva, serão encaminhados em formato digital, nos termos dos subitens subsequentes.

11.1.4 - Para fins do disposto neste Edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

11.1.5 - O licitante deverá observar o disposto no item 7.7, no que diz respeito à sua convocação para apresentação da proposta comercial definitiva, sendo de sua responsabilidade acompanhar os atos praticados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, bem como realizar contato junto ao responsável, se assim for de seu interesse, para conferir o correto recebimento dos documentos enviados.

11.1.6 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no Edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

11.1.7 - Na hipótese de contratação de serviços comuns, em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, juntamente com a proposta comercial definitiva, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, vedados arredondamentos.

11.1.8 - Os **originais** ou as **cópias autenticadas dos documentos remetidos de forma eletrônica** poderão ser exigidos pelo Pregoeiro, no caso de existência de quaisquer dúvidas ou havendo necessidade de realização de diligências, ocasião em **que será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis** para encaminhamento dos mesmos.

11.1.9 - Quando solicitada a apresentação de originais ou cópias autenticadas, nos termos do parágrafo anterior, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a

licitante utilize a ferramenta SEDEX, com o respectivo registro e envio do código de rastreamento ao Pregoeiro. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

11.1.10 – A documentação a que se refere o subitem **11.1.8** deverá ser entregues no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou seja, **Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1185, Forte São João, Vitória, ES, CEP 29017-010 (Secretaria Municipal de Saúde - Coordenação de Licitação).**

11.2 – DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

11.2.1 – A **proposta comercial definitiva**, que deverá ser entregue, preferencialmente, digitada, perfeitamente, legível, na forma do **Anexo I** deste Edital, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em moeda corrente nacional e expressa em algarismos, utilizando-se até **2 (duas) casas decimais para o valor unitário**, considerando o prazo de **30 (trinta) dias consecutivos** para pagamento após apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo responsável pela fiscalização do Contrato.

11.2.2 – Na proposta comercial deverão constar:

a) **prazo de validade da proposta**, que **não** poderá ser **inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos**, contados a partir do primeiro dia útil posterior à data de abertura desta licitação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

a.1) no caso da convocação do arrematante ocorrer após 60 (sessenta) dias consecutivos da data de abertura desta licitação, a **validade da proposta** por ele enviada **não** poderá ser **inferior a 30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da apresentação da proposta definitiva;

b) **prazo de início da execução do serviço**, que **não** poderá ser **superior a 10 (dez) dias consecutivos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço;

11.2.3 – Quando houver mais de um item por lote, os licitantes deverão discriminar o valor unitário e total de cada item, bem como o valor total de cada lote.

11.2.4 – **Os documentos** de que tratam as **alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 11.3.5, “b” do subitem 11.3.6 e item 11.2** deverão estar devidamente assinados pelo representante legal do licitante, devidamente comprovado através de seu instrumento de constituição ou de instrumento de procuração que lhe outorgue poderes para representá-la.

11.3 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

11.3.1 – Habilitação Jurídica:

a) **comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);**

b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e demais alterações ou última alteração, desde que consolidada**, devidamente **registrados no órgão competente**, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, **em cujo “Objeto Social” esteja enquadrado o objeto desta licitação;**

b.1) no **caso de Microempreendedor Individual**, apresentar o **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, disponível em “<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>”;

b.2) no **caso de Sociedade por Ações**, deverá ainda ser apresentada a última Ata de eleição dos seus administradores.

c) Para a participação de **COOPERATIVAS** deverão ser apresentados os seguintes documentos:

c.1) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da Cooperativa;

c.2) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

c.3) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

c.4) Registro previsto na Lei nº 5.764, art. 107 (Registro na OCB);

c.5) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o Contrato;

c.6) Ata de fundação;

c.7) Estatuto Social com Ata da assembleia que o aprovou;

c.8) Regime dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da assembleia que os aprovou;

c.9) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

c.10) 03 (três) registros de presença dos cooperados que executarão o Contrato em Assembleias gerais ou nas regiões seccionais, e

c.11) Ata da sessão que os cooperados autorizam a Cooperativa a contratar o objeto deste Termo de Referência.

d) Caso as Cooperativa sejam sediadas no Estado do Espírito Santo, poderão apresentar os documentos listados abaixo, em substituição aos elencados no item anterior:

d.1) Certificado de Registro na OCB (Organização das Cooperativas Brasileira);

d.2) Certificado de Regularidade Técnica emitido pela SESCOOP/ES e a OCB/ES.

11.3.2 – **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) **comprovante de regularidade fiscal** perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os **Créditos Tributários Federais** e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014 e suas alterações, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Estado** onde o licitante estiver domiciliado, devidamente válido;

c) **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Município** onde o licitante estiver

domiciliado, devidamente válido;

d) **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Município de Vitória**, devidamente válido, o qual se encontra disponível para emissão no endereço eletrônico: “<https://tributario.vitoria.es.gov.br/Servicos/CertidaoNegativa/CertidaoNegativa.aspx>”;

e) **comprovante de regularidade** referente ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, devidamente válido;

f) **certidão negativa** comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do **Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho**, aprovada pelo **Decreto-Lei no 5.452**, de 01/05/1943, devidamente válida.

11.3.3 – **Qualificação Econômico-Financeira:**

a) **cópia dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário** relativo ao **último exercício social, já exigível** e apresentado na forma da lei, devidamente **registrado no órgão competente**, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, bem como **cópia das folhas do referido livro onde se encontram transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício**, com base nos quais serão feitos os cálculos e extraídos os índices, comprovando a boa situação financeira nos moldes do **Anexo II** deste Edital;

a.1) no caso das empresas obrigadas a publicarem suas peças contábeis, deverá ser apresentada **cópia dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário** relativo ao **último exercício social já exigível** e apresentado na forma da lei, devidamente **registrado no órgão competente**, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), bem como **cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício**, com base nos quais serão feitos os cálculos e extraídos os índices, comprovando a boa situação financeira nos moldes do **Anexo II** deste Edital;

a.2) no caso das empresas obrigadas a realizarem **Escrituração Contábil Digital**, conforme legislação vigente da Receita Federal do Brasil, deverá ser apresentada **cópia dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário** relativo ao **último exercício social já exigível**, bem como **cópia das folhas onde se encontram transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício no formato do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED**, devidamente acompanhado do **Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital**, conforme disposto no Decreto 8.683, de 25 de fevereiro de 2016, com base nos quais serão feitos os cálculos e extraídos os índices, comprovando a boa situação financeira nos moldes do **Anexo II** deste Edital;

a.3) para fins do disposto nas **alíneas “a.1” e “a.2”**, o **exercício social** torna-se **exigível**:

I – **após o último dia** do mês de **JULHO**, em caráter excepcional, conforme **Instrução Normativa Nº. 2.023/2021**, do ano subsequente, para as Licitantes enquadradas no regime de **Lucro Real** e empresas que utilizam a contabilidade digital através do **Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**;

II - **após o último dia** do mês de **ABRIL** do ano subsequente, para as **demais licitantes**.

a.4) excepcionalmente, no caso de **empresas recém constituídas** e que ainda **não** tenham encerrado **seu primeiro exercício social**, será aceito o **“Balanço de Abertura”**.

b) **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes, do

domicílio do licitante, datada de, no máximo, **60 (sessenta) dias consecutivos** anteriores à data da abertura das propostas, salvo se a mesma trouxer consignado o seu prazo de validade;

b.1) as empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

11.3.4 – Qualificação Técnica:

a) **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado da(s) empresa(s) ou órgão(s) tomador(es) do serviço, devidamente assinado(s), **comprovando a aptidão** dos licitantes para a execução de serviços pertinentes ao objeto desta licitação, sem quaisquer restrições.

b) **Certificado de Registro**, expedido pelo **Conselho Regional de Medicina (CRM)** do Estado onde for **domiciliado** o interessado em prestar o serviço, **com a indicação do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s)**, devidamente **válido** na forma da legislação específica vigente;

c) **Comprovação de registro** do interessado em prestar o serviço, objeto deste Edital, **junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES**, conforme Normas do Ministério da Saúde e compatível com o serviço objeto deste Edital, devidamente **atualizado e válido** na forma da legislação vigente; **[EXCETO para cooperativa ou tratar-se apenas de sede administrativa]**

d) **Alvará de Licença Sanitária**, expedido pelo Órgão competente do Município e/ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o interessado em prestar serviço, devidamente **válido** na forma da legislação vigente. **[EXCETO para cooperativa ou tratar-se apenas de sede administrativa]**

11.3.5 – Declarações:

a) **Declaração de Inexistência de Empregado Menor de Idade**, em cumprimento ao disposto no **inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/1993** e suas alterações (**inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88**), devidamente assinada pelo representante legal do licitante, conforme **Anexo III** deste Edital;

b) **Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo** da participação do licitante nesta licitação, devidamente assinada pelo representante legal do licitante, conforme **Anexo IV** deste Edital;

c) **Declaração expressa** do proponente assumindo a obrigação de **disponibilizar**, no prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos** a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, **equipe técnica qualificada, composta de, no mínimo, um representante técnico médico especialista em Medicina de Urgência e Emergência e profissionais**, devidamente registrados no **Conselho Regional de Medicina (CRM)**, capacitados, treinados e qualificados, com experiência mínima de 6 (seis) meses em **atendimento de urgência e emergência**, comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato de Trabalho e/ou Declaração emitida por Instituição Pública e/ou Privada, que façam parte do **quadro permanente** do proponente.

11.3.6 – Os licitantes que invocarem a condição de **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** ou **Microempreendedor Individual (MEI)** para fins do exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, os seguintes documentos:

a) **certidão expedida no presente exercício** pelo órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (**Junta Comercial**) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (**Cartório**) ou **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>, conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha

sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** ou **Microempreendedor Individual (MEI)**, na forma do art. 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações;

b) **Declaração de que não está incursa** em nenhuma das vedações do **§ 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006** e suas alterações, conforme **Anexo V** deste Edital.

11.3.7 – **OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO:**

11.3.7.1 – Quanto à **documentação** exigida para fins de **habilitação**, a empresa licitante poderá, a seu critério, utilizar-se do **SICAF** exclusivamente para fins de **habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista**, sendo **obrigatória**, neste caso, a apresentação do **Certificado de Registro Cadastral válido**, emitido pelo SICAF.

11.3.7.2 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral **não isenta** a empresa da apresentação dos documentos exigidos para utilização dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, da Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória, bem como demais documentos não atestados no referido certificado, necessários à habilitação da mesma no certame, nos termos deste Edital

11.3.7.3 – A dispensa de entrega dos documentos, mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral, somente será possível para aqueles que estiverem **válidos** no SICAF.

11.3.7.4 – Os licitantes poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados no SICAF.

11.3.7.5 – A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pelos licitantes será feita pelos Pregoeiros(as) e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites.

11.3.7.6 – Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal apresentada por **microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte** (que se manifestou como tal no sistema do provedor), ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, para que regularize sua documentação fiscal, conforme **art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006**, alterada pela **Lei Complementar nº 147/2014**, cujo termo inicial será o término do prazo estipulado para entrega da proposta comercial definitiva.

11.3.7.7 – Caso o microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido acima, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 81 da Lei 8.666/1993** e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.3.7.8 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.3.7.9 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3.7.10 – Caso os comprovantes de regularidade expedidos pelas Fazendas Públicas Estaduais e

Municipais não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do conhecimento da Administração, considerar-se-ão como máximos os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e no Município de Vitória, que são de **90 (noventa) e 60 (sessenta) dias consecutivos**, respectivamente.

CAPÍTULO XII – DOS PREÇOS E CRITÉRIOS DE REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1 - O preço cotado será **fixo e irrealizável** pelo período de **12 (doze) meses**, a partir de quando poderá ser concedido o reajuste com base no índice IPCA/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, o qual será apurado com base na data da apresentação da proposta.

12.2 – No preço cotado **deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução do serviço**, tais como: despesas administrativas, salários, contribuições e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, uniformes, EPI's, embalagens, transportes, cargas, descargas, seguros, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias à perfeita execução do serviço, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seu(s) Anexo(s).

12.3 – Fica garantido o equilíbrio econômico-financeiro na forma do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93 e suas alterações, caso sobrevenha fato superveniente, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

12.3.1 – nas alterações contratuais deverão ser observadas as normas e procedimentos dispostos na Portaria Conjunta nº 005/2013-CGM/PGM, datada de 08 de agosto de 2013 e publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 13 de agosto de 2013.

12.4 – Caberá ao licitante vencedor protocolar requerimento solicitando à Administração o reajuste e/ou o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, devendo apresentar toda a documentação comprobatória que justifique o ajuste.

12.5 - As revisões, os reajustes e as repactuações a que o licitante vencedor fizer jus deverá ser expressamente requeridas pelo licitante vencedor antes do fim da vigência contratual ou da prorrogação do prazo de vigência contratual, sob pena de preclusão.

12.6 - No caso de prorrogação do Contrato, sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito dos licitantes vencedores ao recebimento da importância devida à título de revisão, reajuste e repactuação, em qualquer de suas hipóteses, relativa a período anterior a sua assinatura, caracterizará renúncia irretratável a esse direito.

CAPÍTULO XIII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E SUSTAÇÃO

13.1 – O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva execução do serviço e consequente apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo responsável pela fiscalização do Contrato ou por outro servidor especialmente designado para tal finalidade.

13.2 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA – FMS/Vitória**, inscrito no CNPJ nº 14.792.165/0001-58, de acordo com cada **FONTE DE RECURSO** (vínculo) constante na **Ordem de Serviço**.

13.3 – Nas Notas Fiscais, o licitante vencedor deverá descrever o objeto obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta, acompanhada de Relatório impresso e em meio digital, com a discriminação do serviço prestado, preenchendo os documentos de faturamento

em conformidade com as regras estabelecidas pela Administração.

13.4 – Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais, as mesmas serão devolvidas ao licitante vencedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais.

13.5 – Os pagamentos poderão ser suspensos pela Administração nos seguintes casos:

13.5.1 – não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Administração;

13.5.2 – inadimplência de obrigações assumidas pelo licitante vencedor com a Administração, por conta do estabelecido neste Edital;

13.5.3 – erros ou vícios nas Notas Fiscais;

13.5.4 – execução do serviço em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital e seu(s) Anexo(s);

13.6 – Os pagamentos ficam condicionados ainda à apresentação dos seguintes documentos, junto com as Notas Fiscais, em originais ou devidamente autenticados:

13.6.1 – **comprovante de regularidade fiscal** perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os **Créditos Tributários Federais** e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014 e suas alterações, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

13.6.2 – **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Estado** onde o licitante estiver domiciliado, devidamente válido;

13.6.3 – **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Município** onde o licitante estiver domiciliado, devidamente válido;

13.6.4 – **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Município de Vitória**, devidamente válido, o qual se encontra disponível para emissão no endereço eletrônico: "<https://tributario.vitoria.es.gov.br/Servicos/CertidaoNegativa/CertidaoNegativa.aspx>";

13.6.5 – **comprovante de regularidade** referente ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, devidamente válido;

13.6.6 - **certidão negativa** comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do **Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho**, aprovada pelo **Decreto-Lei no 5.452**, de 01/05/1943, devidamente válida;

13.6.7 – **última guia de recolhimento** exigível do **FGTS, INSS, PIS e COFINS**.

13.7 – Com vistas a **agilizar o pagamento**, necessário se faz que as **Notas Fiscais** tragam consignadas o **nº do processo** que originou a aquisição, o **nº do Contrato**, o **nº da Ordem de Serviço** e os **dados bancários**, com indicação do **banco, agência e conta corrente**.

13.8 – É vedada a realização de pagamentos sem a prévia execução do serviço, devidamente atestada.

13.9 – A Administração poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo licitante vencedor em decorrência de inadimplemento das obrigações assumidas.

13.10 – É expressamente vedada **aos licitantes** a cobrança ou desconto de duplicatas **por meio de rede bancária ou de terceiros**.

CAPÍTULO XIV – DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 – A **impugnação** aos termos deste Edital poderá ser feita em até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura das propostas, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico (e-mail) indicado neste Edital.

14.2 - As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Pregoeiro atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

14.3 - Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.4 - O pedido de esclarecimentos referentes ao processo licitatório será encaminhado ao pregoeiro por meio do endereço eletrônico (e-mail) indicado neste Edital.

14.5 - O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

14.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal de compras e no sistema do provedor e vincularão os participantes e a Administração.

14.7 – A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, via sistema, DEPOIS DE DECLARADO O VENCEDOR da disputa pelo Pregoeiro, no prazo de **02 (duas) horas** imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. O licitante desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso no mesmo momento.

14.8 – A manifestação da intenção de recurso, na forma do subitem anterior, deverá ser registrada em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA PARA ACOLHIMENTO DE RECURSO, a ser disponibilizado apenas após declarado o vencedor da disputa. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por outro meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, carta, etc.).

14.9 - Manifestada a intenção de interpor recurso, o recorrente terá o **prazo máximo de 3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões** de seu recurso, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO**, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, a partir da data do término da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar **contrarrazões** em **igual número de dias** e na mesma forma, **cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente**, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

14.10 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante, e/ou não motivadas.

14.11 - Para interposição de impugnação e/ou recurso, o licitante deverá juntar, ao menos, cópia do contrato social da empresa e procuração (esta última para o caso de o representante não possuir poderes para agir em nome da empresa no contrato social).

14.12 – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

14.13 - A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao Licitante vencedor.

14.14 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

14.15 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

15.1 – O licitante vencedor obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Edital, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários no serviço, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do **art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993**.

15.2 – As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no **art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993**.

15.3 – As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual e recebimento da Ordem de Serviço complementar, a ser emitida pela Gerência de Logística da Secretaria de Saúde do Município de Vitória.

CAPÍTULO XVI – DAS OBRIGAÇÕES

16.1 – O licitante vencedor obrigará-se a:

16.1.1 – executar o serviço obedecendo às condições gerais e específicas estabelecidas neste Edital e seu(s) Anexo(s) e às instruções fornecidas pela Administração, bem como à legislação em vigor;

16.1.2 – arcar com todos os custos inerentes a execução do serviço, tais como: despesas administrativas, salários, contribuições e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, uniformes, EPI's, embalagens, transportes, cargas, descargas, seguros, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias à perfeita execução do serviço, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seu(s) Anexo(s).

16.1.3 – notificar a Administração, imediatamente e por escrito, de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço;

16.1.4 – não transferir a outrem o objeto desta licitação;

16.1.5 – dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Edital e seu(s) Anexo(s);

16.1.6 – manter o preço ajustado e firmado em sua proposta comercial;

16.1.7 – facultar à Administração, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução do serviço licitado;

16.1.8 – executar o serviço em conformidade com as especificações constantes nas descrições indicadas no **Anexo I** deste Edital;

16.1.9 – utilizar durante a execução do serviço, pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:

- a) sejam qualificados para o exercício das atividades que lhe forem atribuídas;
- b) sigam bons princípios de urbanidade,
- c) sejam assíduos e pontuais;
- d) utilizem de forma eficiente os insumos que forem confiados à sua guarda e utilização.

16.1.10 – refazer sem quaisquer ônus adicionais para a Administração, o serviço executado deficientemente ou em desacordo com as instruções fornecidas pela Administração;

16.1.11 – manter todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante a vigência do Contrato, até o pagamento do objeto licitado;

16.1.12 – responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou prepostos, em decorrência da prestação do serviço, prestando-lhes a devida assistência e assegurando-lhes todos os direitos legais;

16.1.13 - responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos pessoais e/ou materiais causados a terceiros e/ou à Administração, decorrentes de sua culpa e/ou dolo, até mesmo os decorrentes de atos praticados por seus empregados e/ou prepostos;

16.1.14 - prestar todos os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitadas pela Administração;

16.1.15 - providenciar, caso a empresa seja sediada em local diverso do Espírito Santo, a transferência ou registro secundário no CRM/ES, no **prazo de 10 (dez) dias consecutivos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

16.1.16 - informar à Administração, antes do início da execução do serviço, por meio da emissão de documento formal, a identificação pessoal dos funcionários que terão acesso às instalações da Administração, para a execução do serviço objeto deste Edital;

16.1.17 - disponibilizar, no prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos** a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, **equipe técnica qualificada, composta de, no mínimo, um representante técnico médico especialista em Medicina de Urgência e Emergência e profissionais**, devidamente registrados no **Conselho Regional de Medicina (CRM)**, capacitados, treinados e qualificados, com experiência mínima de 6 (seis) meses em **atendimento de urgência e emergência**, comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato de Trabalho e/ou Declaração emitida por Instituição Pública e/ou Privada, que façam parte do **quadro permanente** do proponente;

16.1.17.1 - apresentar diploma de ensino superior e especialização, quando for o caso, de cada médico incumbido pela prestação do serviço pela empresa e comprovante de registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), bem como apresentação do registro no CNES;

16.1.17.2 - apresentar cópia legível da carteira de identidade profissional dos médicos indicados na declaração solicitada no subitem 16.1.16;

16.1.18 - após assinatura do Contrato, caso o profissional médico possua registro em local diverso do Espírito Santo, deverá providenciar a transferência ou registro secundário no CRM/ES, **no prazo de 10 (dez) dias consecutivos** a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço.

16.1.19 - manter informado a Secretaria Municipal de Saúde quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento.

16.1.20 - fornecer e exigir a utilização de todos os materiais médico-hospitalares de uso pessoal, uniformes (jalecos) e os equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários para os profissionais prestarem o serviço objeto deste Edital;

16.1.21 - responsabilizar-se pela implantação das normas de proteção previstas na legislação em vigor, junto a seus empregados, em especial as editadas pela ANVISA;

16.1.22 - notificar à Administração, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas e por escrito**, quaisquer alterações no quadro da equipe técnica empregada na execução do serviço, bem como comprovar as respectivas qualificações técnicas exigidas dos novos integrantes;

16.1.22.1 - em caso de substituição, o profissional deverá compor a lista dos profissionais informados, conforme subitem 16.1.16 deste Edital, devidamente cadastrados no CNES, obedecendo a Portaria nº 134, de 04 de abril de 2011.

16.1.23 - participar das reuniões técnicas, quando necessário e/ou solicitado pelo Gestor do Contrato ou da Unidade em que o profissional estiver alocado;

16.1.24 - designar preposto encarregado do relacionamento com a Administração para o gerenciamento do Contrato;

16.1.25 - atender os usuários do SUS/Vitória, com dignidade e respeito de modo universal e igualitário;

16.1.26 - proibir, expressamente, a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, pelo serviço prestado, atendendo ao princípio da gratuidade do SUS;

16.1.27 - manter o registro adequado e atualizado no prontuário eletrônico do paciente no sistema Rede Bem Estar;

16.1.28 - assumir total responsabilidade, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito à Administração, que vier a ter conhecimento por força da prestação do serviço ora contratado, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar à Administração;

16.1.29 - fornecer semanalmente à Direção do Pronto Atendimento São Pedro - PASP, a escala de serviço, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, referente ao mês corrente, relacionando os nomes dos profissionais que prestarão o serviço, sendo que qualquer substituição de profissionais deverá ser providenciada e informada com antecedência mínima de 24 horas.

16.1.30 - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição imediata, em até **2 (duas) horas**, em caso de ausência, de modo a manter nos locais de execução do serviço o quantitativo de pessoal fixado;

16.1.30.1 – as faltas do pessoal ao serviço, não supridas, serão descontadas dos valores devidos, sem prejuízo, da aplicação da penalidade prevista neste Edital;

16.1.30.2 – a ausência de qualquer profissional sem substituição ensejará a aplicação de glosa, baseada nos valores da remuneração do referido profissional, cabendo glosa de percentual total do contrato vigente, avaliado gestor do Contrato e ordenador de despesas em atividade na Secretaria de Saúde;

16.1.31 – substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, a partir do recebimento da comunicação por escrito da Administração, em caráter definitivo, profissional, preposto ou empregado, que comprovadamente não satisfaça as condições requeridas pela natureza do serviço ou pelas normas administrativas da Administração;

16.1.32 – exigir que seus profissionais trabalhem uniformizados e com crachá de identificação;

16.1.33 - disponibilizar aos profissionais Certificado Digital, tipo CPF A3, Armazenamento – Tipo: HSM, compatível com a Rede Bem Estar;

16.1.34 – responsabilizar-se pela renovação do Certificado Digital de seus profissionais diante da Autoridade Certificadora se a assinatura expirar durante a vigência do Contrato;

16.1.35 - adotar as linhas guias, fluxos e protocolos propostos pela Administração;

16.1.36 - cumprir com as metas físicas, qualitativas e assistenciais, propostas pela Administração.

16.1.37 – apresentar, até 3º (terceiro) dia útil de cada mês, à Gerência de Trabalho em Saúde, as datas e número de plantões realizados no mês anterior, bem como a identificação nominal de cada plantonista, acompanhado das respectivas folhas de ponto (manual ou eletrônica).

16.1.38 – zelar pela guarda e conservação dos bens móveis, utensílios e equipamentos, de propriedade da Administração, disponibilizados para a execução do objeto;

16.1.39 – apresentar à SEMUS/GTS (Gerência do Trabalho em Saúde), na Secretaria Municipal de Saúde de Vitória, documentação comprobatória de desvinculação no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) ou comprovação de compatibilidade de horários, dos profissionais, conforme Portaria Ministerial nº 134, de 04/04/2011.

16.1.39.1 – o profissional deve acessar o site cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp para consultar sua situação e solicitar desvinculação, em caso de desconformidade. Entretanto, o pedido pelo site não retira a obrigatoriedade de apresentação de documentação comprobatória, que deverá ser emitida pela instituição onde o profissional estava vinculado ao CNES. O profissional não receberá início de atividade na Secretaria Municipal de Saúde se houver incompatibilidade de carga horária e acumulação ilegal de cargos públicos.

16.1.40 – executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que o serviço a ser executado mantenha todas as especificações técnicas e qualidades exigidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação vigente, inclusive as Instruções Normativas dos órgãos reguladores do setor, dentro dos prazos pré-estabelecidos, atendendo prontamente a todas as consultas e solicitações, cumprindo todas as especificações estabelecidas neste Edital;

16.1.41 – utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela Administração para a execução do Contrato;

16.1.42 – assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente, ou por seus empregados ou prepostos, à Administração ou a terceiros;

16.1.43 – manter a Administração informada sobre o andamento do serviço, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias;

16.1.44 – notificar à Administração, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

16.1.45 – observar as diretrizes organizacionais e dispositivos legais, bem como preencher corretamente os documentos referentes ao atendimento dos pacientes, apresentando-os de forma legível e completa;

16.1.46 – utilizar obrigatoriamente os sistemas de informação indicados pela Administração;

16.1.47 – manter nos quadros destinados a prestar o serviço, apenas profissionais com a habilitação definida neste Edital;

16.1.48 – responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do Contrato, dentro dos prazos e condições estipulados;

16.1.49 – providenciar a correção das deficiências apontadas pela Administração quanto à execução do serviço de modo a evitar qualquer prejuízo à sua execução, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital;

16.1.50 – assumir quaisquer danos causados diretamente à Administração, ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução do serviço, ou causados por seus representantes ou prepostos;

16.1.51 – recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução do serviço objeto deste Edital, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários, os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos, transporte e outras exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais, inclusive responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora e/ou contratante, sem qualquer solidariedade da Administração, sendo certo que em nenhuma hipótese haverá qualquer vínculo empregatício com o Município de Vitória.

16.1.52 – assumir total responsabilidade, inclusive por seus sócios e colaboradores, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito à Administração, que vier a ter conhecimento por força da prestação do serviço ora contratado, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar à Administração;

16.1.52.1 – todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos e/ou elaborados pela Administração na execução do serviço contratado, serão de exclusiva propriedade da Administração, não podendo o licitante vencedor utilizá-los para qualquer fim, ou divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizada pela Administração;

16.1.53 – zelar para que sejam cumpridas as normas internas da Administração, assim como pela prestação do serviço relativo à segurança e à prevenção de acidentes e outras normas afetas diretamente à execução do serviço;

16.1.54 – exhibir, quando solicitado pela Administração, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, em decorrência de sua condição de empregadora/contratada;

16.1.55 – assegurar que o seu quadro de profissionais:

- a) mantenha sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções;
- b) guarde absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente e jamais utilizar seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade;
- c) preste o serviço com autonomia técnica, zelando pelo perfeito desempenho ético da medicina;
- d) ofereça aos pacientes todos os recursos necessários ao atendimento dos mesmos em benefício dos quais deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;
- e) atenda os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação do serviço;
- f) não utilize nem permita que terceiros utilizem os pacientes para fins de experimentação;
- g) esclareça ao paciente ou ao seu representante, se necessário por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de realizar ou não qualquer ato profissional previsto neste Edital.

16.1.56 – comunicar à Administração qualquer ocorrência como furto, roubo ou extravio de materiais e equipamentos, de sua propriedade ou sob sua responsabilidade, imediatamente à constatação do fato;

16.1.57 – indenizar à Administração no caso de avaria ou subtração de seus bens ou valores, bem como por acesso indevido a informações sigilosas ou de uso restrito da Administração, na eventualidade de terem sido tais atos praticados por profissionais do licitante vencedor;

16.1.58 – manter postura profissional adequada, atuando de forma integrada com a equipe multiprofissional e demais áreas do serviço e da Secretaria Municipal de Saúde;

16.1.59 – executar suas atividades utilizando adequadamente os insumos e equipamentos padronizados na instituição/serviços, auxiliando na análise crítica da qualidade dos mesmos;

16.1.60 – executar demais atribuições da especialidade, bem como, atividades gerais de competência médica.

16.2 – A Administração obrigar-se-á a:

16.2.1 – notificar o licitante vencedor, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço, fixando-lhes prazo para correção de tais irregularidades;

16.2.2 – atestar as respectivas Notas Fiscais referentes ao serviço efetivamente executado em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

16.2.3 – efetuar os pagamentos devidos ao licitante vencedor, em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

16.2.4 – exigir o fiel cumprimento do Contrato, bem como zelo na prestação do serviço e o cumprimento dos prazos;

16.2.5 – colocar à disposição do licitante vencedor todas as condições necessárias para a perfeita execução do serviço;

16.2.6 – fornecer, sempre que for necessário e quando forem solicitadas pelo licitante vencedor, informações adicionais pertinentes ao serviço a ser executado;

16.2.7 – fiscalizar a execução do Contrato, apontando vícios e defeitos, e determinar as correções;

16.2.8 – notificar, formal e tempestivamente, o licitante vencedor sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

16.2.9 – notificar o licitante vencedor por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

16.2.10 – aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

16.2.11 – fornecer alimentação aos profissionais vinculados do licitante vencedor, nas dependências de cada unidade, conforme regime de trabalho definido nas escalas dos Plantões.

16.2.12 – fornecer os fluxos e protocolos estabelecidos pela Rede Municipal, para atender as diretrizes da SESA e do Sistema Único de Saúde.

CAPÍTULO XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – Todas as decisões referentes a esta licitação serão publicadas na forma da Lei, sendo facultado à Administração encaminhá-las aos licitantes por quaisquer meios de comunicação, inclusive eletrônico.

17.2 – A Administração poderá revogar esta licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por vício ou ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3 – As normas que regem esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, sem prejuízo da supremacia do interesse público, da finalidade e da segurança da contratação.

17.4 – Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Administração, com base nas normas e princípios que norteiam esta licitação.

17.5 – A Administração poderá, a qualquer tempo, antes da data limite para a entrega de propostas, realizar modificação neste Edital, procedendo a sua divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.6 – É facultado à Administração, em qualquer fase desta licitação, a promoção de buscas e/ou diligências destinadas a esclarecer e/ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de quaisquer documentos que deveriam constar originalmente na proposta.

17.7 – Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo nos prazos determinados pela Administração, sob pena de desclassificação.

17.8 – Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de quaisquer documentos apresentados ou inverdade das informações neles contidas implicará a imediata desclassificação dos licitantes que o tiverem apresentado, ou ainda, no caso dos licitantes vencedores, a rescisão do Contrato e cancelamento da Ordem de Serviço, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas

em Lei.

17.9 – As **solicitações de vistas e/ou cópias** de quaisquer documentos do processo poderão ser **protocolados** junto ao **Protocolo Geral do Município de Vitória** ou através do **Serviço de Informações ao Cidadão do Município de Vitória**, na forma do **§ 2º do art. 3º da Lei nº. 8286/2012**.

17.10 – Antes da adjudicação do objeto desta licitação a Administração poderá designar uma comissão para vistoriar “in loco” a disponibilidade do licitante vencedor em atender as demandas da Administração. A vistoria será efetuada após a declaração do arrematante ou após a convocação de quaisquer licitantes subsequentes, devendo os licitantes indicarem o endereço para visita. A Comissão designada para a vistoria será formada por servidores do Município de Vitória, que poderão contar com o auxílio de profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Município de Vitória, desde que não sejam ligados direta ou indiretamente a quaisquer licitantes.

17.11 – A Administração poderá rescindir o Contrato e cancelar a Ordem de Serviço, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo das sanções e/ou penalidades cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posteriormente ao julgamento desta licitação, que desabone sua capacidade administrativa, financeira ou técnica.

CAPÍTULO XVIII – DO FORO

18.1 – O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta licitação será o da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal de Vitória, Comarca da Capital, ES.

Vitória, ES, 30 de agosto de 2021.

Pablo Mendes Martins
Pregoeiro Municipal
SEMUS/PREGÃO

ANEXO I - MODELO

1 - PROPOSTA COMERCIAL

LOTE 1							
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. MENSAL	QUANT. TOTAL (PREVISTO 6 MESES)	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$) – 6 MESES
1	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Plantão Médico , de forma presencial, por meio de Médico Plantonista – 12 (doze) horas diárias - DIURNO Cód. PMV: 7.39.50.0001-4	48	288	PLANTÃO			
2	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Plantão Médico , de forma presencial, por meio de Médico Plantonista – 12 (doze) horas diárias - NOTURNO Cód. PMV: 7.39.50.0002-2	32	192	PLANTÃO			
VALOR TOTAL DO LOTE PARA O PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES							R\$

1.1 – O item 1 do Lote 1 consistirá na prestação de **03 (três) plantões de 12 (doze) horas diárias, no turno diurno, às sextas-feiras, sábados, domingos e segundas-feiras, perfazendo, portanto 48 postos mensais de plantão 12h diárias** no Pronto Atendimento São Pedro.

1.2 – O item 2 do Lote 1 consistirá na prestação de **02 (dois) plantões de 12 (doze) horas diárias, no turno noturno, às sextas-feiras, sábados, domingos e segundas-feiras, perfazendo, portanto 32 postos mensais de plantão 12h diárias** no Pronto Atendimento São Pedro.

2 - DETRALHAMENTO COMPLEMENTAR DO SERVIÇO

2.1 - DAS DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES:

2.1.1 - Realizar exames clínicos, emitir diagnósticos e prescrever medicamentos.

2.1.2 - Prestar socorro de urgência e emergência, bem como atender os acidentes de trabalho.

2.1.3 - Prestar assistência a saúde do cidadão em caso de calamidade pública, epidemia e outras situações de risco.

2.1.4 - Preencher prontuário de pacientes de forma legível indicando os males constatados e o tratamento indicado.

2.2 - DOS FLUXOS PARA O INÍCIO DE ATIVIDADES DO PROFISSIONAL:

2.2.1 – Solicitar aos médicos que compõem a lista de profissionais que realizarão as atividades no Pronto Atendimento de São Pedro a comparecer à Secretaria Municipal de Saúde, no setor de Gestão de Pessoas (GTS), para realização de cadastro funcional na Rede Bem Estar em até 02 dias úteis do início do seu primeiro efetivo atendimento.

2.2.2 – É necessário se apresentar portando os documentos: CPF, PIS/PASEP, Carteira de Identidade, Carteira de identidade profissional (CRM), Certidão de nascimento/casamento, Carteira de trabalho e título de eleitor.

3 - CONDIÇÕES GERAIS:

3.1 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias consecutivos (no mínimo, conforme estabelecido no subitem 11.2.1), contados da apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo responsável pela fiscalização do Contrato.

3.2 - VALIDADE DA PROPOSTA:

3.2.1 - 60 (sessenta) dias consecutivos (no mínimo, conforme estabelecido no subitem 11.2.2, “a”), contados a partir do primeiro dia útil posterior à data de abertura desta licitação;

OU

3.2.2 - 30 (trinta) dias consecutivos (no mínimo, conforme estabelecido no subitem 11.2.2, “a.1”), contados a partir da apresentação da proposta definitiva.

3.3 - PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 10 (dez) dias consecutivos (no máximo, conforme estabelecido no subitem 11.2.2, “b”), a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço.

_____, ____ de _____ de 20xx

- nome(s) e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da empresa -

ANEXO II – MODELO

CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICOS

Nos cálculos dos índices extraídos das demonstrações contábeis, comprovando a boa situação financeira, serão adotados os seguintes critérios:

1 - O Índice de Liquidez Corrente corresponde ao quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2 - O Índice de Liquidez Geral corresponde ao quociente da divisão da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

3 - O Índice de Solvência Geral corresponde ao quociente da divisão do Ativo Total pela Soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}.$$

Será habilitada o licitante que apresentar:

1. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
2. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
3. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0;
4. As empresas que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices estabelecidos nos itens acima, deverão comprovar **Capital Social** ou **Patrimônio Líquido**, no mínimo de **10% (dez por cento)** da soma dos valores dos lotes arrematados, conforme determina a Lei nº 8.666/93, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei.

ANEXO III – MODELO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS

- inciso XXXIII, do art. 7º, da CF -

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 175/2021.

_____(nome da empresa)_____, estabelecida na _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, para fins de atendimento ao disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e com vistas a sua participação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 175/2021**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de 20xx.

- nome(s) e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da empresa -

Observação: em caso afirmativo quanto ao emprego de menor na condição de aprendiz, assinalar a ressalva acima.

ANEXO IV – MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 175/2021.

_____(nome da empresa)_____, estabelecida na _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ **DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de sua participação no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 175/2021**, bem como que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

_____, ____ de _____ de **20xx**.

- nome(s) e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da empresa -

ANEXO V – MODELO

**DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº
123/2006**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 175/2021.

_____(nome da empresa)_____, estabelecida na _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ **DECLARA**, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, em face do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 175/2021**, não estar incurso em nenhuma das vedações do § 4º do art. 3º da referida Lei.

_____, ____ de _____ de **20xx**.

- nome(s) e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da empresa -

ANEXO VI – MODELO

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº xx/xxxx

CONTRATO de Prestação de Serviço que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 27.142.058/0001-26, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, no uso de suas atribuições enquanto gestora do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA – FMS/Vitória**, inscrito no CNPJ nº 14.792.165/0001-58, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1185, Forte São João, nesta Capital, CEP 29017-010, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, **Sr.(a) XXXXXXXXXX**, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representada pelo(a) **Sr.(a) XXXXXXXXXX**, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram este **CONTRATO de prestação de serviço de plantão médico, de forma presencial, por meio de médico plantonista, para atender as necessidades do Pronto Atendimento em São Pedro - 24 horas por dia, no Município de Vitória/ES**, nos termos da **Lei Federal nº 8.666**, de 21/06/1993 e suas alterações, e do **Pregão Eletrônico nº 175/2021**, oriundo do processo administrativo nº **4686366/2021**, que passa a fazer parte integrante deste CONTRATO independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, o qual será regido pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto deste CONTRATO a **prestação de serviço de plantão médico, de forma presencial, por meio de médico plantonista, para atender as necessidades do Pronto Atendimento em São Pedro - 24 horas por dia, no Município de Vitória/ES**, conforme detalhamento e condições gerais contidas neste CONTRATO e seu Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Fica estabelecida a forma de **execução indireta**, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, nos termos do **art. 10, II, “b” da Lei 8.666/1993** e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E CRITÉRIOS DE REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – O valor total deste CONTRATO para o período de sua vigência é de R\$ **xx (xxxx)**.

3.2 - O preço contratado será **fixo e irreajustável** pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido o reajuste com base no índice IPCA/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, o qual será apurado com base na data da apresentação da proposta.

3.3 – No preço contratado **estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução do serviço**, tais como: despesas administrativas, salários, contribuições e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, uniformes, EPI's, embalagens,

transportes, cargas, descargas, seguros, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias à perfeita execução do serviço, observadas as condições estabelecidas neste CONTRATO e seu Anexo.

3.4 – Fica garantido o equilíbrio econômico-financeiro na forma do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93 e suas alterações, caso sobrevenha fato superveniente, desde que devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

3.4.1 – nas alterações contratuais deverão ser observadas as normas e procedimentos dispostos na Portaria Conjunta nº 005/2013-CGM/PGM, datada de 08 de agosto de 2013 e publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 13 de agosto de 2013.

3.5 – Caberá à CONTRATADA protocolar requerimento solicitando ao CONTRATANTE o reajuste e/ou o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo apresentar toda a documentação comprobatória que justifique o ajuste.

3.6 - As revisões, os reajustes e as repactuações a que a CONTRATADA fizer jus deverão ser expressamente requeridas pela CONTRATADA antes do fim da vigência contratual ou da prorrogação do prazo de vigência contratual, sob pena de preclusão.

3.7 - No caso de prorrogação deste CONTRATO, sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito da CONTRATADA ao recebimento da importância devida à título de revisão, reajuste e repactuação, em qualquer de suas hipóteses, relativa a período anterior a sua assinatura, caracterizará renúncia irretratável a esse direito.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E SUSTAÇÃO

4.1 – O pagamento será efetuado **mensalmente, em até 30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva execução do serviço e consequente apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo responsável pela fiscalização deste CONTRATO ou por outro servidor especialmente designado para tal finalidade.

4.2 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA – FMS/Vitória**, inscrito no CNPJ nº 14.792.165/0001-58, de acordo com cada **FONTE DE RECURSO** (vínculo) constante na **Ordem de Serviço**.

4.3 – Nas Notas Fiscais, a CONTRATADA deverá descrever o objeto obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta, acompanhada de Relatório impresso e em meio digital, com a discriminação do serviço prestado, preenchendo os documentos de faturamento em conformidade com as regras estabelecidas pelo CONTRATANTE.

4.4 - Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais, as mesmas serão devolvidas a CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais.

4.5 - Os pagamentos poderão ser suspensos pelo CONTRATANTE nos seguintes casos:

4.5.1 – não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o CONTRATANTE;

4.5.2 – inadimplência de obrigações assumidas pela CONTRATADA com o CONTRATANTE, por conta do estabelecido neste CONTRATO;

4.5.3 – erros ou vícios nas Notas Fiscais;

4.5.4 – execução do serviço em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO e seu Anexo.

4.6 - Os pagamentos ficam condicionados ainda à apresentação dos seguintes documentos, junto com as Notas Fiscais, em originais ou devidamente autenticados:

4.6.1 - **comprovante de regularidade fiscal** perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os **Créditos Tributários Federais** e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014 e suas alterações, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.6.2 - **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Estado** onde a CONTRATADA estiver domiciliada, devidamente válido;

4.6.3 - **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Município** onde a CONTRATADA estiver domiciliada, devidamente válido;

4.6.4 - **comprovante de regularidade** referente à **Fazenda Pública do Município de Vitória**, devidamente válido, o qual se encontra disponível para emissão no endereço eletrônico: "<https://tributario.vitoria.es.gov.br/Servicos/CertidaoNegativa/CertidaoNegativa.aspx>";

4.6.5 - **comprovante de regularidade** referente ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, devidamente válido;

4.6.6 - **certidão negativa** comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do **Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho**, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452**, de 01/05/1943, devidamente válida;

4.6.7 – **última guia de recolhimento** exigível do **FGTS, INSS, PIS e COFINS**.

4.7 – Com vistas a **agilizar o pagamento**, necessário se faz que as **Notas Fiscais** tragam consignadas o **nº do processo** que originou a contratação, o **nº deste CONTRATO**, o **nº da Ordem de Serviço** e os **dados bancários**, com indicação do **banco, agência e conta corrente**.

4.8 - É vedada a realização de pagamentos sem a prévia execução do serviço, devidamente atestada.

4.9 – O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento das obrigações assumidas.

4.10 – É **expressamente vedada** à CONTRATADA a **cobrança ou desconto de duplicatas por meio de rede bancária ou de terceiros**.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – A vigência deste CONTRATO será de até **06 (seis) meses**, contada a partir da data de sua assinatura, ficando sua eficácia condicionada à publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

5.2 - A vigência deste CONTRATO poderá, a critério do CONTRATANTE, ser prorrogada por **iguais e sucessivos períodos**, respeitados os limites estabelecidos no **art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993** e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1 – A execução do serviço objeto deste CONTRATO iniciar-se-á **no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço.

6.2 – O prazo a que se refere o item 6.1 admite prorrogação, a critério do CONTRATANTE, desde que devidamente justificado em face dos seguintes motivos:

6.2.1 – superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do serviço;

6.2.2 – aumento das quantidades inicialmente previstas, nos limites permitidos na Cláusula Décima Primeira deste CONTRATO;

6.2.3 – impedimento da execução do serviço por fato ou ato de terceiros, reconhecido pelo CONTRATANTE em documentos contemporâneos a sua ocorrência;

6.2.4 – omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

6.3 – O **recebimento definitivo do serviço** será feito na forma das **alíneas “a” e “b”, do inciso I, do art. 73 da Lei 8.666/1993**, no prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos** após a execução do serviço, ficando a CONTRATADA obrigada ao cumprimento do disposto no **art. 69 Lei 8.666/1993**.

6.4 - O serviço será prestado no Pronto Atendimento de São Pedro, do Município de Vitória/ES, situado na Rodovia Serafim Derenzi, s/nº - Bairro São José, Vitória - ES, 29. CEP 046-513, de acordo com a conveniência da Secretaria Municipal de Saúde e serão acompanhados, a fim de verificar a compatibilidade dos mesmos com as condições estabelecidas neste CONTRATO.

6.5 – A CONTRATADA se compromete a executar o serviço a ser prestado de forma digna, célere, humana e com observância aos artigos do Código de Ética Médica, do Código de Defesa do Consumidor e às boas práticas de conduta técnico-profissional;

6.6 - A CONTRATADA observará os princípios constitucionais, os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e as determinações constantes na legislação federal, estadual e municipal, normas e portarias referentes à atenção à saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Esta despesa correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde constante na seguinte dotação:

7.1.1 – SEMUS: **15.01**; classificação funcional: **10.122.0006.1.8190**; elemento de despesa: **3.3.90.39.50**; fonte de recursos: **Federal**; exercício: **2021**;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – A CONTRATADA obrigar-se-á:

8.1.1 – executar o serviço obedecendo às condições gerais e específicas estabelecidas neste

CONTRATO e seu Anexo e às instruções fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como à legislação em vigor;

8.1.2 – arcar com todos os custos inerentes a execução do serviço, tais como: despesas administrativas, salários, contribuições e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, uniformes, EPI's, embalagens, transportes, cargas, descargas, seguros, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias à perfeita execução do serviço, observadas as condições estabelecidas neste CONTRATO e seu Anexo.

8.1.3 – notificar ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço;

8.1.4 – não transferir a outrem o objeto deste CONTRATO;

8.1.5 – dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste CONTRATO e seu Anexo;

8.1.6 – manter o preço ajustado e firmado em sua proposta comercial;

8.1.7 – facultar ao CONTRATANTE, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados;

8.1.8 – executar o serviço em conformidade com as especificações constantes nas descrições indicadas no **Anexo I** deste CONTRATO;

8.1.9 – utilizar durante a execução do serviço, pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:

a) sejam qualificados para o exercício das atividades que lhe forem atribuídas;

b) sigam bons princípios de urbanidade;

c) sejam assíduos e pontuais;

d) utilizem de forma eficiente os insumos que forem confiados à sua guarda e utilização.

8.1.10 – refazer sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, o serviço executado deficientemente ou em desacordo com as instruções fornecidas pelo CONTRATANTE;

8.1.11 – manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante a vigência deste CONTRATO, até o pagamento do objeto contratado;

8.1.12 – responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou prepostos, em decorrência da prestação do serviço, prestando-lhes a devida assistência e assegurando-lhes todos os direitos legais;

8.1.13 - responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos pessoais e/ou materiais causados a terceiros e/ou ao CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa e/ou dolo, até mesmo os decorrentes de atos praticados por seus empregados e/ou prepostos;

8.1.14 - prestar todos os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitadas pelo CONTRATANTE;

8.1.15 - providenciar, caso a empresa seja sediada em local diverso do Espírito Santo, a transferência ou registro secundário no CRM/ES, no **prazo de 10 (dez) dias consecutivos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

8.1.16 - informar ao CONTRATANTE, antes do início da execução do serviço, por meio da emissão de documento formal, a identificação pessoal dos funcionários que terão acesso às instalações do CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste CONTRATO;

8.1.17 - disponibilizar, no prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos** a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, **equipe técnica qualificada, composta de, no mínimo, um representante técnico médico especialista em Medicina de Urgência e Emergência e profissionais**, devidamente registrados no **Conselho Regional de Medicina (CRM)**, capacitados, treinados e qualificados, com experiência mínima de 6 (seis) meses em **atendimento de urgência e emergência**, comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato de Trabalho e/ou Declaração emitida por Instituição Pública e/ou Privada, que façam parte do **quadro permanente** do proponente;

8.1.17.1 - apresentar diploma de ensino superior e especialização, quando for o caso, de cada médico incumbido pela prestação do serviço pela empresa e comprovante de registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), bem como apresentação do registro no CNES;

8.1.17.2 - apresentar cópia legível da carteira de identidade profissional dos médicos indicados na declaração solicitada no subitem 8.1.16;

8.1.18 - após assinatura do Contrato, caso o profissional médico possua registro em local diverso do Espírito Santo, deverá providenciar a transferência ou registro secundário no CRM/ES, **no prazo de 10 (dez) dias consecutivos** a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço.

8.1.19 - manter informado a Secretaria Municipal de Saúde quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento.

8.1.20 - fornecer e exigir a utilização de todos os materiais médico-hospitalares de uso pessoal, uniformes (jalecos) e os equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários para os profissionais prestarem o serviço objeto deste CONTRATO;

8.1.21 - responsabilizar-se pela implantação das normas de proteção previstas na legislação em vigor, junto a seus empregados, em especial as editadas pela ANVISA;

8.1.22 - notificar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas e por escrito**, quaisquer alterações no quadro da equipe técnica empregada na execução do serviço, bem como comprovar as respectivas qualificações técnicas exigidas dos novos integrantes;

8.1.22.1 - em caso de substituição, o profissional deverá compor a lista dos profissionais informados, conforme subitem 8.1.16 deste CONTRATO, devidamente cadastrados no CNES, obedecendo a Portaria nº 134, de 04 de abril de 2011.

8.1.23 - participar das reuniões técnicas, quando necessário e/ou solicitado pelo Gestor deste CONTRATO ou da Unidade em que o profissional estiver alocado;

8.1.24 - designar preposto encarregado do relacionamento com a CONTRATANTE para o gerenciamento deste CONTRATO;

8.1.25 - atender os usuários do SUS/Vitória, com dignidade e respeito de modo universal e igualitário;

8.1.26 - proibir, expressamente, a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, pelo serviço prestado, atendendo ao princípio da gratuidade do SUS;

8.1.27 - manter o registro adequado e atualizado no prontuário eletrônico do paciente no sistema Rede Bem Estar;

8.1.28 - assumir total responsabilidade, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito ao CONTRATANTE, que vier a ter conhecimento por força da prestação do serviço ora contratado, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar ao CONTRATANTE;

8.1.29 - fornecer semanalmente à Direção do Pronto Atendimento São Pedro - PASP, a escala de serviço, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, referente ao mês corrente, relacionando os nomes dos profissionais que prestarão o serviço, sendo que qualquer substituição de profissionais deverá ser providenciada e informada com antecedência mínima de 24 horas.

8.1.30 - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição imediata, em até **2 (duas) horas**, em caso de ausência, de modo a manter nos locais de execução do serviço o quantitativo de pessoal fixado;

8.1.30.1 – as faltas do pessoal ao serviço, não supridas, serão descontadas dos valores devidos, sem prejuízo, da aplicação da penalidade prevista neste CONTRATO;

8.1.30.2 – a ausência de qualquer profissional sem substituição ensejará a aplicação de glosa, baseada nos valores da remuneração do referido profissional, cabendo glosa de percentual total do contrato vigente, avaliado gestor deste CONTRATO e ordenador de despesas em atividade na Secretaria de Saúde;

8.1.31 – substituir, em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, a partir do recebimento da comunicação por escrito do CONTRATANTE, em caráter definitivo, profissional, preposto ou empregado, que comprovadamente não satisfaça as condições requeridas pela natureza do serviço ou pelas normas administrativas do CONTRATANTE;

8.1.32 – exigir que seus profissionais trabalhem uniformizados e com crachá de identificação;

8.1.33 - disponibilizar aos profissionais Certificado Digital, tipo CPF A3, Armazenamento – Tipo: HSM, compatível com a Rede Bem Estar;

8.1.34 – responsabilizar-se pela renovação do Certificado Digital de seus profissionais diante da Autoridade Certificadora se a assinatura expirar durante a vigência deste CONTRATO;

8.1.35 - adotar as linhas guias, fluxos e protocolos propostos pelo CONTRATANTE;

8.1.36 - cumprir com as metas físicas, qualitativas e assistenciais, propostas pelo CONTRATANTE.

8.1.37 – apresentar, até 3º (terceiro) dia útil de cada mês, à Gerência de Trabalho em Saúde, as datas e número de plantões realizados no mês anterior, bem como a identificação nominal de cada plantonista, acompanhado das respectivas folhas de ponto (manual ou eletrônica).

8.1.38 – zelar pela guarda e conservação dos bens móveis, utensílios e equipamentos, de propriedade do CONTRATANTE, disponibilizados para a execução do objeto;

8.1.39 – apresentar à SEMUS/GTS (Gerência do Trabalho em Saúde), na Secretaria Municipal de Saúde de Vitória, documentação comprobatória de desvinculação no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) ou comprovação de compatibilidade de horários, dos profissionais, conforme Portaria Ministerial nº 134, de 04/04/2011.

8.1.39.1 – o profissional deve acessar o site cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp para consultar sua situação e solicitar desvinculação, em caso de desconformidade. Entretanto, o pedido pelo site não retira a obrigatoriedade de apresentação de documentação comprobatória, que deverá ser emitida pela instituição onde o profissional estava vinculado ao CNES. O profissional não receberá início de atividade na Secretaria Municipal de Saúde se houver incompatibilidade de carga horária e acumulação ilegal de cargos públicos.

8.1.40 – executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que o serviço a ser executado mantenha todas as especificações técnicas e qualidades exigidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação vigente, inclusive as Instruções Normativas dos órgãos reguladores do setor, dentro dos prazos pré-estabelecidos, atendendo prontamente a todas as consultas e solicitações, cumprindo todas as especificações estabelecidas neste CONTRATO;

8.1.41 – utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução deste CONTRATO;

8.1.42 – assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente, ou por seus empregados ou prepostos, ao CONTRATANTE ou a terceiros;

8.1.43 – manter o CONTRATANTE informado sobre o andamento do serviço, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias;

8.1.44 – notificar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

8.1.45 – observar as diretrizes organizacionais e dispositivos legais, bem como preencher corretamente os documentos referentes ao atendimento dos pacientes, apresentando-os de forma legível e completa;

8.1.46 – utilizar obrigatoriamente os sistemas de informação indicados pelo CONTRATANTE;

8.1.47 – manter nos quadros destinados a prestar o serviço, apenas profissionais com a habilitação definida neste CONTRATO;

8.1.48 – responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência deste CONTRATO, dentro dos prazos e condições estipulados;

8.1.49 – providenciar a correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução do serviço de modo a evitar qualquer prejuízo à sua execução, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO;

8.1.50 – assumir quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução do serviço, ou causados por seus representantes ou prepostos;

8.1.51 – recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução do serviço objeto deste CONTRATO, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários, os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos, transporte e outras exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais, inclusive responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora e/ou contratante, sem qualquer solidariedade do CONTRATANTE, sendo certo que em nenhuma hipótese haverá qualquer vínculo empregatício com o Município de Vitória.

8.1.52 – assumir total responsabilidade, inclusive por seus sócios e colaboradores, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito ao CONTRATANTE, que vier a ter conhecimento por força da prestação do serviço ora contratado, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar ao CONTRATANTE;

8.1.52.1 – todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos e/ou elaborados pelo CONTRATANTE na execução do serviço contratado, serão de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA utilizá-los para qualquer fim, ou divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizada pelo CONTRATANTE;

8.1.53 – zelar para que sejam cumpridas as normas internas do CONTRATANTE, assim como pela prestação do serviço relativo à segurança e à prevenção de acidentes e outras normas afetas diretamente à execução do serviço;

8.1.54 – exhibir, quando solicitado pelo CONTRATANTE, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, em decorrência de sua condição de empregadora/contratada;

8.1.55 – assegurar que o seu quadro de profissionais:

- a) mantenha sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções;
- b) guarde absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente e jamais utilizar seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade;
- c) preste o serviço com autonomia técnica, zelando pelo perfeito desempenho ético da medicina;
- d) ofereça aos pacientes todos os recursos necessários ao atendimento dos mesmos em benefício dos quais deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;
- e) atenda os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação do serviço;
- f) não utilize nem permita que terceiros utilizem os pacientes para fins de experimentação;
- g) esclareça ao paciente ou ao seu representante, se necessário por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de realizar ou não qualquer ato profissional previsto neste CONTRATO.

8.1.56 – comunicar ao CONTRATANTE qualquer ocorrência como furto, roubo ou extravio de materiais e equipamentos, de sua propriedade ou sob sua responsabilidade, imediatamente à constatação do fato;

8.1.57 – indenizar ao CONTRATANTE no caso de avaria ou subtração de seus bens ou valores, bem como por acesso indevido a informações sigilosas ou de uso restrito do CONTRATANTE, na eventualidade de terem sido tais atos praticados por profissionais da CONTRATADA;

8.1.58 – manter postura profissional adequada, atuando de forma integrada com a equipe multiprofissional e demais áreas do serviço e da Secretaria Municipal de Saúde;

8.1.59 – executar suas atividades utilizando adequadamente os insumos e equipamentos padronizados na instituição/serviços, auxiliando na análise crítica da qualidade dos mesmos;

8.1.60 – executar demais atribuições da especialidade, bem como, atividades gerais de competência médica.

8.2 – O CONTRATANTE obrigará-se a:

8.2.1 – notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço, fixando-lhes prazo para correção de tais irregularidades;

8.2.2 – atestar as respectivas Notas Fiscais referentes ao serviço efetivamente executado em conformidade com as condições estabelecidas neste CONTRATO e seu Anexo;

8.2.3 – efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA, em conformidade com as condições estabelecidas neste CONTRATO e seu Anexo;

8.2.4 – exigir o fiel cumprimento deste CONTRATO, bem como zelo na prestação do serviço e o cumprimento dos prazos;

8.2.5 – colocar à disposição da CONTRATADA todas as condições necessárias para a perfeita execução do serviço;

8.2.6 – fornecer, sempre que for necessário e quando forem solicitadas pela CONTRATADA, informações adicionais pertinentes ao serviço a ser executado;

8.2.7 – fiscalizar a execução deste CONTRATO, apontando vícios e defeitos, e determinar as correções;

8.2.8 – notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste CONTRATO;

8.2.9 – notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

8.2.10 – aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

8.2.11 – fornecer alimentação aos profissionais vinculados da CONTRATADA, nas dependências de cada unidade, conforme regime de trabalho definido nas escalas dos Plantões.

8.2.12 – fornecer os fluxos e protocolos estabelecidos pela Rede Municipal, para atender as diretrizes da SESA e do Sistema Único de Saúde;

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 – À CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções, além da responsabilização por perdas e danos:

9.1.1 – **multas**, nos seguintes casos e percentuais:

a) por atraso injustificado na execução do serviço até **30 (trinta) dias consecutivos** contados do

término dos prazos fixados neste CONTRATO ou na Ordem de Serviço: **0,3% (três décimos por cento)** ao dia sobre o valor global contratado e, a critério do CONTRATANTE, rescisão deste CONTRATO e cancelamento da Ordem de Serviço;

b) por atraso injustificado na execução do serviço superior a **30 (trinta) dias consecutivos** contados do término dos prazos fixados neste CONTRATO ou na Ordem de Serviço: **15% (quinze por cento)** sobre o valor global contratado e, a critério do CONTRATANTE, rescisão deste CONTRATO e cancelamento da Ordem de Serviço;

c) por recusa injustificada do adjudicatário em assinar este CONTRATO ou receber a Ordem de Serviço, dentro de **5 (cinco) dias úteis** contados da data de seu envio ou convocação para assinatura deste CONTRATO ou recebimento da Ordem de Serviço: **15% (quinze por cento)** sobre o valor global da proposta ou valor global contratado e, a critério do CONTRATANTE, rescisão deste CONTRATO e cancelamento da Ordem de Serviço;

d) por inexecução, total ou parcial injustificada deste CONTRATO ou da Ordem de Serviço: **20% (vinte por cento)** sobre o valor global contratado e, a critério do CONTRATANTE, rescisão deste CONTRATO e cancelamento da Ordem de Serviço.

9.1.2 – **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração:

a) por atraso injustificado na execução do serviço superior a **30 (trinta) dias consecutivos** contados do término dos prazos fixados neste CONTRATO ou na Ordem de Serviço: até **1 (um) ano** e, a critério do CONTRATANTE, rescisão deste CONTRATO e cancelamento da Ordem de Serviço;

b) por recusa injustificada do adjudicatário em assinar este CONTRATO ou receber a Ordem de Serviço, dentro de **5 (cinco) dias úteis** contados da data de seu envio ou convocação para assinatura deste CONTRATO ou recebimento da Ordem de Serviço: até **3 (três) anos** e, a critério do CONTRATANTE, rescisão deste CONTRATO e cancelamento da Ordem de Serviço;

c) por inexecução total ou parcial injustificada deste CONTRATO ou da Ordem de Serviço: até **4 (quatro) anos** e, a critério do CONTRATANTE, rescisão deste CONTRATO e cancelamento da Ordem de Serviço;

d) por apresentar documento falso, fraudado ou adulterado: até **5 (cinco) anos**.

9.2 – As multas previstas no subitem 9.1.1 serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

9.3 – Antes de liquidadas ou relevadas quaisquer multas, nenhum pagamento será feito à CONTRATADA.

9.4 – A sanção prevista no subitem 9.1.1 poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 9.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

9.5 – A **suspensão** do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

9.6 – As sanções previstas nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 são de competência da **Controladoria Geral do Município, nos termos do Decreto nº 17.758, de 14 de maio de 2019**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 – Este CONTRATO poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido ao disposto nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/1993.

10.2 – O CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido este CONTRATO por conveniência administrativa fundamentada, caso em que a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes ao serviço executado e aprovado pelo setor requisitante.

10.3 – Caso as multas previstas no subitem 9.1.1 deste CONTRATO atinjam o percentual de 10% (dez por cento) do valor global contratado, o CONTRATANTE poderá promover a rescisão parcial ou total deste CONTRATO, sem que isso represente quaisquer penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

11.1 – A CONTRATADA obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste CONTRATO, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários no serviço, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do **art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993**.

11.2 – As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, com fulcro no **art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993**.

11.3 – As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual e recebimento da Ordem de Serviço complementar, a ser emitida pela Gerência de Logística da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 – A execução deste CONTRATO será gerenciada pelo(a) Gerente de, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** (SEMUS/xxx) e fiscalizada por servidor especialmente designado, por meio de **Ato de Designação** próprio, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, o qual será responsável por fiscalizar a execução deste CONTRATO, liberar e atestar as Notas Fiscais, proceder ao recebimento e análise dos relatórios e demais atividades afins.

12.2 – Os responsáveis pela fiscalização deste CONTRATO deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou falhas observadas. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização, deverão ser submetidas à consideração de seus superiores para a adoção de medidas cabíveis.

12.3 – Os responsáveis pela fiscalização deste CONTRATO não terão quaisquer poderes para eximir a CONTRATADA de quaisquer obrigações previstas neste CONTRATO.

12.4 – Os responsáveis pela fiscalização deste CONTRATO deverão atestar a execução do serviço, observada a Cláusula Quarta deste CONTRATO, sem o que não serão permitidos quaisquer pagamentos.

12.5 – Caberá ao CONTRATANTE exigir que a CONTRATADA apresente documentos que comprovem o adimplemento das obrigações trabalhistas, conforme estabelecido no Acórdão nº 006/2006 da Procuradoria Geral do Município de Vitória.

12.6 - O serviço será permanentemente avaliados pelo CONTRATANTE, mediante mecanismos de regulação, controle e avaliação, que observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO e verificarão todos os procedimentos executados e quaisquer outros dados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – As comunicações relativas a este CONTRATO serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por correspondência registrada com aviso de recebimento ou por e-mail, no endereço constante do Preâmbulo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória, ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste CONTRATO.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam este CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Vitória - ES, xx de xxxxxxxxx de 20xx.

.....
SECRETÁRIO DE SAÚDE
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

ANEXO I (do contrato)

1 – O Objeto deste **CONTRATO** é a **prestação de serviço de plantão médico, de forma presencial, por meio de médico plantonista, para atender as necessidades do Pronto Atendimento em São Pedro - 24 horas por dia, no Município de Vitória/ES**, conforme detalhamento e condições gerais contidas neste CONTRATO e seu Anexo.

LOTE 1							
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. MENSAL	QUANT. TOTAL (PREVISTO 6 MESES)	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$) – 6 MESES
1	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Plantão Médico , de forma presencial, por meio de Médico Plantonista – 12 (doze) horas diárias - DIURNO Cód. PMV: 7.39.50.0001-4	48	288	PLANTÃO			
2	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Plantão Médico , de forma presencial, por meio de Médico Plantonista – 12 (doze) horas diárias - NOTURNO Cód. PMV: 7.39.50.0002-2	32	192	PLANTÃO			
VALOR TOTAL DO LOTE PARA O PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES R\$							

1.1 – O item 1 do Lote 1 consistirá na prestação de **03 (três) plantões de 12 (doze) horas diárias, no turno diurno, às sextas-feiras, sábados, domingos e segundas-feiras, perfazendo, portanto 48 postos mensais de plantão 12h diárias** no Pronto Atendimento São Pedro.

1.2 – O item 2 do Lote 1 consistirá na prestação de **02 (dois) plantões de 12 (doze) horas diárias, no turno noturno, às sextas-feiras, sábados, domingos e segundas-feiras, perfazendo, portanto 32 postos mensais de plantão 12h diárias** no Pronto Atendimento São Pedro.

2 - DETALHAMENTO COMPLEMENTAR DO SERVIÇO

2.1 - DAS DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES:

2.1.1 - Realizar exames clínicos, emitir diagnósticos e prescrever medicamentos.

2.1.2 - Prestar socorro de urgência e emergência, bem como atender os acidentes de trabalho.

2.1.3 - Prestar assistência a saúde do cidadão em caso de calamidade pública, epidemia e outras situações de risco.

2.1.4 - Preencher prontuário de pacientes de forma legível indicando os males constatados e o tratamento indicado.

2.2 - DOS FLUXOS PARA O INÍCIO DE ATIVIDADES DO PROFISSIONAL:

2.2.1 – Solicitar aos médicos que compõem a lista de profissionais que realizarão as atividades no Pronto Atendimento de São Pedro a comparecer à Secretaria Municipal de Saúde, no setor de Gestão de Pessoas (GTS), para realização de cadastro funcional na Rede Bem Estar em até 02 dias úteis do início do seu primeiro efetivo atendimento.

2.2.2 – É necessário se apresentar portando os documentos: CPF, PIS/PASEP, Carteira de Identidade, Carteira de identidade profissional (CRM), Certidão de nascimento/casamento, Carteira de trabalho e título de eleitor.

ANEXO VII

PORTARIA CONJUNTA Nº 005/2013

Dispõe sobre normas e procedimentos relativos a alterações de Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal.

O Secretário da Controladoria Geral e o Procurador Geral do Município, no uso das atribuições que lhes conferem a legislação municipal e, considerando as disposições contidas nas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/2002, e o que consta no processo administrativo nº 4074878/2013,

R E S O L V E M:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Disciplinar as alterações contratuais, pautada nas ações e nos princípios da eficiência e economicidade, com expresse atendimento aos dispositivos legais complementando as normas disciplinadoras da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), da Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão), e alterações posteriores.

Art. 2º. Considera-se alteração contratual toda e qualquer modificação no objeto contratado e nas demais disposições a ele relacionadas, como regime de execução, prazo, valor ou forma de pagamento e garantia oferecida, decorrente de fato superveniente e imprevisível.

Art. 3º. Não se aplicam as exigências desta Portaria, no que couber:

I - aos contratos celebrados anteriormente à data de sua publicação, devendo ser observadas, neste caso, as prescrições normativas vigentes à época de sua celebração;

II - a outros casos em que a legislação específica discipline de forma diversa.

Art. 4º. Os aditivos contratuais serão publicados nas mesmas condições do contrato aditado, mencionando-se, obrigatoriamente, em caso de alteração do seu valor, o que consta do instrumento originário.

Art. 5º. A proposta de alteração contratual, encaminhada pelo requisitante com as devidas justificativas fundamentadas, será analisada pelo gestor de contrato e submetida à autoridade competente para análise e aprovação.

Art. 6º. As alterações contratuais autorizadas em lei serão formalizadas por meio do instrumento jurídico denominado termo aditivo, que será assinado por quem detenha capacidade jurídica de representação, e publicado de forma resumida nos termos do Art. 4º desta Portaria.

Art. 7º. Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:

I - a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;

II - reajustamento de preços previsto no edital e no contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento constantes dos mesmos;

III - a alteração na designação do gestor do contrato, devendo haver comunicação formal à contratada.

Art. 8º. Os processos administrativos de aditivos contratuais deverão ser instruídos com a comprovação de que o respectivo termo aditivo foi lançado no Sistema de Contratos da Prefeitura.

Art. 9º. Havendo a exigência de garantia contratual, a mesma deverá ser complementada sempre que ocorrer acréscimos no valor contratual ou prorrogação de prazo e encaminhada à Secretaria de Fazenda - SEMFA, mantendo-se cópia nos autos do contrato.

DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Art. 10. O objeto contratado admite alterações qualitativas e quantitativas, desde que justificadas e nos limites da lei, sendo dever do gestor comunicar previamente à autoridade competente a necessidade de sua realização.

Art. 11. As alterações qualitativas somente serão admitidas quando não importem modificação das características básicas do objeto, nem reduzam seus atributos, sendo vedado que tais ajustes impliquem em vantagem exclusiva para o contratado.

Art. 12. As alterações quantitativas, no caso de obras, serviços ou compras, estão limitadas a acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, a acréscimos de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial do contrato.

§ 1º. O cálculo do acréscimo e da supressão contratual deverá ser realizado em separado, tomando-se por referência o valor inicial do contrato atualizado, não devendo haver balanceamento de valores acrescidos e suprimidos.

§ 2º. O acréscimo ou supressão de quantidade contratada deverá ser justificado por meio de memória de cálculo, no que couber.

§ 3º. As alterações no objeto contratado deverão repercutir em ajustes no preço, para cima ou para baixo, conforme haja acréscimo ou supressão, respeitando os valores unitários constantes no contrato e os limites referidos no caput deste artigo e no § 1º.

§ 4º. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações quantitativas propostas pela Administração, dentro dos limites referidos no caput, sendo admitida, ainda, redução superior àqueles limites, desde que conte com a concordância do contratado.

§ 5º. Em atendimento ao princípio constitucional da intangibilidade da equação econômico-financeira dos contratos, deve-se manter a economicidade oferecida na licitação em relação a acréscimo contratual de serviços novos, inclusive daqueles estabelecidos nas tabelas referenciais utilizadas pelo Município.

Art. 13. Na hipótese de haver qualquer fato que enseje alteração quantitativa ou qualitativa no objeto contratual, de que resulte acréscimo de valor, deverá ser consultado o ordenador de despesas para prévia autorização.

Art. 14. Somente serão admitidas alterações no objeto do contrato após a formalização do devido termo aditivo, o qual deverá ser submetido à apreciação da Procuradoria Geral do Município - PGM, que examinará os aspectos jurídicos, e, posteriormente, à Controladoria Geral do Município - CGM, para avaliação dos aspectos administrativos e econômico-financeiros.

DA ALTERAÇÃO DE PRAZO

Art. 15. Os contratos administrativos celebrados para compra de bens ou fornecimento de materiais e equipamentos e para contratação de obras ou serviços, terão prazo determinado, admitidas a ampliação e a redução nos termos da Lei nº 8.666/93.

Art. 16. A prorrogação constitui a ampliação do prazo inicialmente estabelecido para o ajuste, previamente justificada pelo gestor e autorizada pela autoridade competente.

§ 1º. A prorrogação de contrato de serviços continuados será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

§ 2º. A prorrogação de contrato, quando demonstrado ser vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, nos termos do Art. 13 desta Portaria.

§ 3º. O cronograma físico-financeiro de desembolso do contrato deverá ser alterado, conforme os termos do aditivo contratual, no que couber.

DO REAJUSTE FINANCEIRO

Art. 17. Reajuste consiste na atualização monetária do valor contratual, mediante a aplicação de índice estabelecido em contrato sobre o preço pactuado, após transcorrido o período constante do instrumento contratual, o qual não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo único. A aplicação de reajuste deve ser precedida da realização de avaliação comparativa entre os preços unitários contratuais, reajustados pelo índice previsto em contrato, e os respectivos preços de mercado, sempre que couber, de forma a demonstrar a variação do custo de produção do serviço, bem ou obra, nos termos do inciso XI do Art. 40 da Lei 8.666/93.

Art. 18. A contagem de tempo para a aplicação do primeiro reajuste terá início a partir da data limite para apresentação da proposta do licitante contratado ou do orçamento a que esta proposta se referir, conforme definido no respectivo edital ou termo de contrato.

Art. 19. A substituição do índice estabelecido no contrato é admitida, excepcional e justificadamente, em caso de acordo das partes, quando haja outro índice mais específico ao objeto da contratação, ou quando ocorra a extinção do índice eleito, mediante termo aditivo.

Art. 20. O reajuste poderá ser formalizado pela Administração, mediante anotação ou registro do novo preço por Apostila Contratual.

Art. 21. Negociações que envolvam renúncia total ou parcial ao reajuste deverão constar de termo aditivo que registre este novo acerto financeiro.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Art. 22. Reequilíbrio econômico-financeiro é um ajuste que se admite a qualquer tempo para, repondo perdas imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, configuradoras de álea econômica extraordinária e extracontratual, restabelecer a relação entre encargos do contratado e a retribuição pela Administração.

Parágrafo único. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro obriga a abertura e avaliação de todos os preços do contrato constantes na planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pelo contratado.

Art. 23. O reequilíbrio econômico-financeiro não se presta a incrementar lucratividade real do contrato e tampouco a corrigir possível inexecuibilidade constatada posteriormente à contratação, devendo, somente adicionar ou subtrair do contrato as variações reais e excepcionais verificadas após a apresentação da proposta e que inviabilizam a sua continuidade.

Art. 24. Para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá comunicar e demonstrar à Administração a variação excepcional e grave nos custos e sua causa, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço praticado.

Parágrafo único. O reequilíbrio econômico-financeiro não possui data-base para ocorrer, não exige a fluência de prazo mínimo de transcurso contratual e nem pode retroagir, senão, até o mês da data do protocolo do respectivo pedido.

Art. 25. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser formalizado por meio de termo aditivo, previamente justificado do ponto de vista técnico e jurídico, devendo ser encaminhado à PGM para análise jurídica, e posteriormente à CGM para análise dos aspectos econômico-financeiros, devendo depois de firmado, ser publicado na imprensa oficial do Município.

Parágrafo único. A tramitação do pedido de que trata o caput deste artigo não interrompe ou suspende o contrato, cabendo ao contratado prestar o serviço, fornecer o produto ou realizar a obra e, à Administração, efetuar o pagamento, enquanto perdurarem os estudos e cálculos, sob pena de configurar infração contratual.

Art. 26. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. A observância desta norma deverá constar como obrigação das partes nos contratos administrativos, que deverão referi-la como fazendo-lhes parte integrante.

Parágrafo único. As minutas de contratos, integrantes dos Editais de licitações, deverão contemplar expressamente a aplicação desta Portaria, como uma das normas aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos, conforme autoriza o inciso XII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93.

Art. 28. O servidor ou agente que deixar de atender ao disposto nesta norma, injustificadamente, responderá solidariamente pelos prejuízos que a Administração vier a sofrer, se apurada sua culpa ou dolo, em sindicância ou processo administrativo disciplinar, garantida a ampla defesa.

Art. 29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 08 de agosto de 2013

Luis Fernando Mendonça Alves-Secretário da Controladoria Geral do Município

Frederico Martins de Figueiredo de Paiva Britto-Procurador Geral do Município